

IMPrensa DE RESISTÊNCIA NA BIBLIOTECA NACIONAL MEMÓRIA POLÍTICA E NOVAS LEITURAS DE UM ACERVO

Bruno Leonard Simas Brasil

RESUMO

O presente artigo resume uma detida análise à coleção de 441 jornais e revistas identificados como imprensa de resistência ao regime empresarial-militar brasileiro (1964-1988) no acervo da Coordenação de Publicações Seriadas da Biblioteca Nacional. Tema pouco ou nada explorado nos 60 anos do golpe de 1964, a imprensa de resistência é, aqui, inicialmente caracterizada como um todo, enquanto fenômeno de comunicação dividido em sete diferentes fases no contexto da ditadura. Em seguida, expõe-se as particularidades do acervo correlato, propondo-se leituras mais amplas e atualizadas sobre a imprensa outrora denominada “alternativa”.

PALAVRAS-CHAVE: regime empresarial-militar; imprensa brasileira; resistência à ditadura; contracultura; esquerda brasileira.

ABSTRACT

This article summarizes a detailed analysis of 441 newspapers and magazines collection identified as part of the resistance press to the Brazilian corporate-military regime (1964-1988), allocated in the Serial Publications Coordination of the Brazilian National Library. Little explored as a topic in the public debate that highlights the 60 years since the 1964 coup in Brazil and its following regime, the resistance press is, here, initially characterized as a whole, i. e., as a communication phenomenon divided into seven different phases in the context of the dictatorship. Following, the particularities of the related collection are exposed, proposing a broader and more up-to-date read on the formerly called “alternative press”.

KEYWORDS: brazilian corporate-military regime; brazilian press; resistance; counterculture; brazilian left.

É a inocência que constitui o crime.
(James Baldwin)

INTRODUÇÃO: PALAVRAS E IMAGENS HERDADAS

Causa e consequência de formas organizadas de se militar contra o regime empresarial-militar no Brasil (1964-1988), a imprensa de oposição à ordem estabelecida naquele momento foi uma manifestação do complexo processo que

hoje se identifica como a resistência, em si, à ditadura. Foi tão diversa e contraditória quanto o fenômeno geral. Talvez por sua complexidade, ela é, hoje, um tema pouco explorado no contexto de 60 anos do golpe de 1964. Os principais autores que a trataram o fizeram há cerca de vinte anos, atribuindo a ela a tradicional alcunha de “imprensa alternativa”, acepção que ora questionaremos.

Nossa proposta, aqui, é reabilitar um tema adormecido. Pensaremos a imprensa de resistência não como datada, ou antiquada como objeto de estudo. Na conflituosa rede de memórias que envolve a experiência das ditaduras latino-americanas, que passado se encontra sob consenso, senão o silenciado? Hoje, é por meio dessas tantas páginas expressando revolta e crítica, evocando a experiência da ditadura, que nos perguntamos como se desenrolam discursos e produções de sentido do ponto de vista de quem a sofreu, e não apenas viveu.

Nos estudos acadêmicos, a imprensa de resistência ao regime não costuma ser abordada sob aspectos patrimoniais, de guarda e preservação de ordens oficiais. Talvez por certa tensão inerente à sua condição narrativa no passado e no presente: o sentido original de sua existência era ir contra a condução do Estado, ao menos entre 1964 e 1988. Entretanto, ela pode ser encontrada, hoje, em arquivos e bibliotecas públicas, estatais. Nesse sentido, sua existência em arquivo serve como dispositivo – no sentido foucaultiano – mnemônico de sentido político. E é por isso que utilizaremos aqui o conjunto de 441 periódicos de resistência acondicionado nas estantes da Coordenação de Publicações Seriadas (CPS) da Biblioteca Nacional (BN).

Na época de sua publicação, a imprensa de resistência tinha caráter crítico e denunciativo sobre a ordem de seu tempo. Hoje arquivada, e sob guarda institucional, franqueada ao público, ela tem caráter distinto: de testemunho e depoimento. Ela seria, assim, um rastro documental, no pensamento de Paul Ricoeur (2007). E, como tal – sua essência, o porquê de sua conservação e busca por parte de pesquisadores diversos –, diz respeito a uma narrativa específica, inerente a um regime de memória: aquele que leva em consideração o caráter arbitrário do governo militar iniciado com o golpe que apeou João Goulart da presidência do Brasil, em abril de 1964, oficialmente findado entre a eleição indireta de Tancredo Neves em 1985 e a promulgação da Constituição de 1988. Entre pastas, encadernações e volumes que condicionam exemplares de tamanhos, formatos e linhas editoriais diversas, a imprensa de resistência forma na BN, atualmente, um conjunto documental pluriforme, polissêmico e, ainda assim, coeso quanto a uma expressão de repúdio: do horror, são palavras e imagens que herdamos.

Começaremos o presente trabalho caracterizando a imprensa de resistência muito de acordo com sua segmentação em sete fases distintas ao longo e o contexto de sua produção ao longo da ditadura, proposta por Bernardo Kucinski. Veremos, aqui, entretanto, que algumas dessas iniciativas editoriais acolhem e confirmam tal categorização, enquanto outras fogem de seus limites. Adicionalmente, faremos nesse ponto críticas à divisão da imprensa de resistência em dois grandes grupos, “de esquerda” ou contraculturais, e também ao uso da expressão “imprensa alternativa”, para definir o gênero, como um todo.

Em seguida, apresentaremos uma leitura do segmento da mesma que se encontra presente na Biblioteca Nacional, com apoio de gráficos interpretativos gerados a partir de uma exaustiva coleta de informações de 441 periódicos do gênero, publicada originalmente na dissertação que originou este artigo. Veremos que tal robusta “amostra” institucional, tratada quantitativamente, nos permite confirmar algumas acepções da bibliografia voltada ao tema da imprensa de resistência, e também questionar outras.

Enfim, na última parte deste artigo apresentaremos, com base em exemplos pinçados do acervo da BN, três categorias de imprensa de resistência pouco exploradas pela bibliografia voltada ao tema: periódicos produzidos por exilados, por coletivos eclesiais e por grupos engajados na produção de literatura marginal. Defenderemos que os três segmentos específicos da imprensa resistente aqui aprofundados sejam considerados como grupos à parte das sete fases.

IMPRENSA DE RESISTÊNCIA: UMA CARACTERIZAÇÃO

No papel, a resistência ao regime se valeu da produção de bibliografia nas áreas da literatura, da crítica e das ciências sociais (Maués, 2013). Jornais e revistas não eram exceção. Nesse âmbito foram lançados periódicos muitas vezes desligados de grandes empreendimentos editoriais (exceção feita aos associados à editora Civilização Brasileira, de Ênio Silveira), elaborados como dispositivos de combate à ditadura e ao que ela representava: a moral burguesa, os interesses imperialistas do capital estrangeiro, a truculência de um Estado opressor (Kucinski, 2003). Essas iniciativas não deixavam de ter claras linhas ideológicas: eram órgãos informativos de rejeição às políticas públicas do regime, na economia, na cultura, na educação, no plano ambiental. Muitas vezes intrínsecos a militâncias políticas de esquerda

e/ou a vertentes da chamada contracultura, mas sem necessariamente prestar contas a um lado ou outro, tais periódicos se mostravam relativamente libertários, contrariados não só no sentido de encarar de maneiras diferentes a política, a expressão, o comportamento, a sexualidade, a arte, a espiritualidade, a terra e a intelectualidade, mas de agir no plano material, em todos esses campos. No plano do descontentamento de certos segmentos sociais com o autoritarismo militar, no Brasil, empreitadas editoriais periódicas deram-se de acordo com variados matizes, desde os mais amadores aos rigorosamente profissionais do ponto de vista jornalístico, articulados tanto a movimentos de base quanto a cosmovisões esotéricas de um necessário despertar de consciência (Araújo, 2000).

Definições precisas do que seria a contracultura são tão raras de se achar quanto definições precisas do que seria a cultura, propriamente dita. Sem restringir a contracultura ao lugar comum da contestação social dos anos 1960 e 1970 através do uso e da apologia ao uso de drogas psicodélicas, cabe dizer que o conceito de contracultura é não só problemático como polissêmico. Foi inicialmente desenvolvido a partir de um conflito discursivo ligado a representações sociais e modos de vida, apropriado, afinal, por determinados grupos para encaixe conceitual em diferentes movimentos político-culturais. O ideal seria falarmos, na verdade, de contraculturas, não deixando de lado conceitos intrínsecos, de subculturas: culturas específicas que se encontram à margem de modelos preestabelecidos de um núcleo cultural hegemônico, e em relação dialética com o mesmo (García, 2011). Procurando definir a contracultura no calor do final dos anos 1960, o sociólogo Theodore Roszak destaca que, nos EUA, nascidos da manifestação de uma explosão demográfica num meio de boa situação econômica, os agentes contraculturais foram figuras de crítica e rebeldia à cultura da sociedade tecnocrática ocidental: é essa a característica central, definidora da contracultura como movimento social (Roszak, 1969).

Aqui, apresentamos semelhante reflexão para dizer que, à diferença de outros autores que trataram da imprensa de resistência, não nos parece conceitualmente conveniente dividir a mesma em dois grandes grupos: os periódicos marcadamente políticos à esquerda, voltados a concepções marxistas de implosão do regime empresarial-militar, por vias que variavam da guerrilha à organização partidária clandestina ou legal, e os periódicos apontados como “da contracultura”, do “desbunde”, de um libertarismo *hippie* pretensamente apolítico e inconsequente, mais voltado a rupturas estéticas, no campo das artes, do que à materialidade da economia, do trabalho, da violência físicas das autoridades e das dificuldades do “chão de fábrica”.

Bernardo Kucinski o faz (2004), reforçado por Maria Paula Araújo (2000), apesar de ambos reconhecerem a amplitude e a heterogeneidade do gênero resistente. Muitos dos jornais e revistas dos quais tratamos se encaixavam em ambas as vertentes, ou mesmo em nenhuma das duas, exatamente.

Carinhosa e pejorativamente conhecida como “nanica”, a imprensa de resistência foi, apesar desse apelido, fenômeno amplo e complexo: seus ângulos, imbricados conforme desejos de contestação e experimentação, tornam sua caracterização difícil: eis sua heterogeneidade. Havia uma vontade, entretanto, a guiar tal conjunto de iniciativas: encontrar um novo jeito de se fazer imprensa, além da reportagem convencional (Smith, 2000). Diferentes maneiras de atuação política através do discurso e da ação, dispostos em relação dialética, eram visadas. Tais processos traduziam-se, não raro, em francas buscas pelo conflito.

Em seu tempo, a imprensa de resistência buscava tecer narrativas críticas da realidade distintas daquelas impostas por vias oficiais, pretendendo, explicitamente ou não, liquidar o regime empresarial-militar. Muito por isso, foi chamada de “imprensa alternativa”. Aqui, no entanto, não a chamamos por seu nome original: julgamos o termo “de resistência” como mais adequado. Isso se dá porque a imprensa de resistência, quando conseguia furar os bloqueios da repressão, possuía um traço de legitimidade jornalística crucial: a crítica. Foi ela a imprensa (salvo exceções da imprensa tradicional, durante a redemocratização) que, ao longo do regime, seguiu a tradição aguerrida do primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense* (Londres, 1808), de Hipólito José da Costa, crítico à Coroa portuguesa no Brasil e editado, por essa e outras razões, no exílio. Foi essa resistência impressa a descendente direta dos pasquins panfletários de crítica virulenta durante o Primeiro Reinado e da imprensa operária e anarquista que circulou no Brasil entre as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX (Kucinski, 2003). Suas semelhanças com jornais como *O Debate* (Rio de Janeiro, 1917), de Adolpho Porto e Astrojildo Pereira, em oposição ao governo Venceslau Brás (1914-1918), e mesmo com o rigor denunciativo atualmente encontrado na internet, em *blogs* ou redes sociais, nos fazem crer que o jornalismo-ativismo, de combate político, não é datado. Considerar a imprensa de resistência uma “alternativa” é uma atitude que pressupõe sua complementaridade, como se ela figurasse em segundo plano em relação a periódicos de maior envergadura financeira e administrativa. Ela foi, afinal, a imprensa de seu tempo.

A imprensa de resistência foi em geral produzida com poucos recursos materiais e sistemas de impressão e distribuição deficitários, para não falar de seus esquemas

muitas vezes improvisados de coletas de assinantes e anunciantes. Destacadas pelo caráter “subversivo” de seu conteúdo, tais discrepâncias atingiam majoritariamente publicações artesanais de pequeno porte, impressas por mimeógrafo ou fotocópia e distribuídas de mão-em-mão, mas também existiram entre os componentes mais abalizados do gênero. Os últimos, mesmo quando possuíam circulação nacional e bons números entre o público leitor, conviviam com intimidações mais ou menos diretas por parte do Estado ou de grupos informais de apoio ao *status quo*: censura prévia e apreensão de edições, processos na Justiça, ameaças de depredação ou atentados à bomba (quando não as situações de fato), detenções, boicote por parte de anunciantes amedrontados, listas negras de assinantes, jornalheiros que preferiam se manter longe de confusão etc. Bancas de jornal eram pressionadas para que não os vendessem (Smith, 2000). Esse contexto de turbulência geral justificava a efemeridade de grande parte dos periódicos do tipo.

O contexto da instabilidade gerava certa estética: a do imprevisto. A imprensa de resistência contava mesmo com rústicos boletins datilografados em folhas de papel ofício ou tamanho A4, reproduzidos sem maiores cuidados com a diagramação ou com estilos de redação. Tal foi com periódicos como *Carta Geral* (Manaus, 1980), *Conclave* (João Pessoa, 1979), *O Beco* (São João del-Rei, 1976), *Boletim Cultural* (Rio de Janeiro, 1972), entre outros. Apesar disso, na mesma imprensa de resistência também figuraram impressos recheados de preocupações estéticas: ousadias de verdadeiras vanguardas editoriais tanto no apelo visual quanto no campo da escrita. Viam-se assim *Boca do Inferno* (Salvador, 1976), o único dos resistentes a faturar um Prêmio Esso, *Corpo Extranho* (São Paulo, 1976), *Poesia Livre* (Ouro Preto, 1977), *Tribo* (Brasília, 1972), *Ex-* (São Paulo, 1972), *Bondinho* (São Paulo, 1971). Diz Anne-Marie Smith:

A grande imprensa buscava a conformidade, e seus modelos de sucesso eram incontestáveis. A imprensa alternativa, por outro lado, era heterogênea e buscava incessantemente novos modelos. Suas categorias e critérios eram amplos e imprecisos, pois se encontravam em processo de definição. Os resultados eram variadíssimos – de excelente jornalismo ao lixo absoluto, da análise profunda à bobagem total (Smith, 2000, p. 61-62).

Essa heterogeneidade se desenvolveu conforme a imprensa de resistência avançava pela cronologia da ditadura, sobretudo quando passou a se relacionar com setores específicos, diretamente atingidos pelo autoritarismo: sindicatos,

movimentos sociais, classe jornalística em geral, partidos políticos clandestinos, arte de vanguarda e movimentos sociais, principalmente, muitos dos grupos constantes como detentores de certa memória hegemônica da ditadura (Napolitano, 2015). Tal componente heterogêneo, por sua vez, se viu de forma mais acentuada em uma fase específica da imprensa de resistência, a quinta. Passemos, então, à delimitação desta e das demais.

AS DISTINTAS FASES DA IMPRENSA DE RESISTÊNCIA

Bernardo Kucinski, autor do estudo mais completo sobre a imprensa de que estamos tratando, calcula que a mesma tenha passado por ao menos sete momentos distintos (2003). O primeiro se deu ao início do regime, com a articulação de coletivos editoriais por parte de profissionais egressos de periódicos legalistas frente ao governo João Goulart (1961-1964), que acabaram fechados com o golpe, ou por parte de figuras vistas apenas como não complacentes com as “bodas” da imprensa convencional com a movimentação militar: foram os casos de *Folha da Semana* (Rio de Janeiro, 1965) e *Pif-Paf* (Rio de Janeiro, 1964). Em 1967, a Revolução Cubana influenciou os meios estudantis brasileiros a ponto de promover a produção de um novo grupo de periódicos – muitos clandestinos, ou mesmo editados por exilados – com a finalidade de conclamar a juventude para a luta armada (Kucinski, 2003). Nesta segunda fase, notadamente “guerrilheira”, esteve *Poder Jovem* (Rio de Janeiro, 1968) e *Amanhã* (São Paulo, 1967). E também *O Sol* (Rio de Janeiro, 1967), que, nas “bancas de revista”, enchia Caetano Veloso de “alegria e preguiça”, na letra da canção *Alegria, alegria*.

Ironicamente, o Ato Institucional número 5 (AI-5), ao término de 1968, gestou a terceira fase da imprensa de resistência: a nascida da mais dura opressão. Foi quando deram as caras semanários de boa aceitação frente aos leitores, em circulação nacional: casos de *Jornal de Debates* (Rio de Janeiro, 1973), *Opinião* (Rio de Janeiro, 1972), um dos mais famosos de todo o grupo resistente, *Política* (Rio de Janeiro, 1971) e *O Pasquim* (Rio de Janeiro, 1969), o mais célebre exemplo de imprensa do gênero que ora nos interessa. Nessa fase, fazia-se assumidamente a contraposição à chamada “grande imprensa” e ao “milagre econômico”, entre 1968 e 1973 (Kucinski, 2003, p. 14), apesar do endurecimento da censura. O repúdio ao endividamento externo, galopante, e a denúncia da piora nos índices de variados problemas sociais

brasileiros eram a regra da vez, nesta terceira fase.

Adscrita a um discurso de choque à narrativa da imprensa tradicional, esta fase da imprensa de resistência foi contundente o suficiente para gerar a seguinte, simultaneamente. Representada por experiências como as de *Balão* (São Paulo, 1972), *Ex-* (São Paulo, 1972), o responsável pelo “furo” do assassinato de Vladimir Herzog, e *Grilo* (São Paulo, 1971), a quarta fase foi a de impressos influenciados pel’*O Pasquim* e, mais explicitamente, pela contracultura, no meio político antissistema. Contrastando com os “caretas” *Politika* e *Jornal de Debates*, mas não menos inflamados, os periódicos deste momento eram mais irônicos e escorregadios, voltados aos quadrinhos e recheados de humor crítico (Kucinski, 2003,).

Ainda conforme Kucinski, a quinta fase da imprensa de resistência se deu após a distensão do regime. A decretação, em 1969, da Lei de Segurança Nacional havia dado vigor aos censores federais, ao passo em que o Decreto-Lei nº 1.077, do ano seguinte, impôs a censura prévia a qualquer veículo de informação, inclusive aos da imprensa tradicional. Isso não impedia ocasionais apreensões de exemplares e detenções de jornalistas, “nanicos” ou “grandes”. Mas poucos anos depois, a política de lenta e gradual reabertura do regime, levada a cabo pelo governo de Ernesto Geisel (1974-1979), deu certo fôlego aos periódicos de resistência. Quando o clamor revolucionário pela luta armada já havia esfriado, a pauta da imprensa de resistência migrou do anseio guerrilheiro para a conscientização de tomada e uso dos espaços públicos (Kucinski, 2003).

A imprensa de resistência veio então, portanto, com uma nova marca expressa: a dos movimentos sociais. Nesse momento, visto como o de ativismos mais explícitos, surgiram *Versus* e *Movimento* (São Paulo, 1975), entre incontáveis outros periódicos. Importante ressaltar que esta quinta fase gerou a sexta, quase simultaneamente: em 1975, o assassinato de Vladimir Herzog no supracitado “furo” de *Ex-* rendeu ataques à complacência da imprensa convencional à truculência militar (Kucinski, 2003). O engajamento nos meios de produção impressos acabou inspirando a sexta fase da imprensa de resistência, mais notadamente esclarecida quanto à necessidade de “outro” jornalismo: derivam deste grupo iniciativas como as de *CooJornal* (Porto Alegre, 1975), o jornal da primeira cooperativa jornalística do país, e *De Fato* (Belo Horizonte, 1976).

Vivendo o ápice do gênero, a imprensa de resistência das fases quinta e sexta englobou movimentos sociais identitários e de base, subdividindo-se entre questões raciais, femininas, indígenas, de terra, de bairro, de gênero etc. Nesse grupo, as pautas

por vezes iam além dos espectros da esquerda, terreno que sempre concentrou esse gênero de imprensa. Tal contexto da imprensa de resistência

[...] representava uma novidade em relação aos outros tipos de publicação existentes, inclusive a imprensa alternativa de esquerda. Ela vinculava-se a movimentos de novo tipo, recém-surgidos no cenário brasileiro, sob influência de ideias internacionais. Esforçando-se por se fazer presentes na vida política do país, esses movimentos criavam seus próprios jornais, que funcionavam não apenas como porta-vozes de seus interesses e posições, mas que na maioria das vezes representavam o principal espaço de organização de seus militantes e de formulação de sua política e de sua visão de mundo (Araújo, 2000, p. 29).

Koisa de Crioulo (Rio de Janeiro, 1981), *Nêgo* (Salvador, 1981) e *Tiçãõ* (Porto Alegre, 1978), foram exemplos da imprensa negra de resistência. Já *Dialogay* (Aracaju, 1982), *Iamuricumá* (Rio de Janeiro, 1981), *Ello* (Salvador, 1978) e o famoso *Lampião da Esquina* (Rio de Janeiro, 1978), entre outros jornais, faziam as vezes da imprensa LGBTQIA+ na resistência. No grupo feminista estavam impressos como *Mulherio* (São Paulo, 1981), *Nós Mulheres* (São Paulo, 1977) e *Brasil Mulher* (Londrina, 1975). E no indígena *Informe Chimbangue* (Xanxerê, década de 1980), *Borduna* (Rio de Janeiro, década de 1980), *Nimuendajú* (Rio de Janeiro, 1979), *Mensageiro* (Belém, 1979), o longo *Porantim* (Manaus, 1978), e o célebre *Varadouro* (Rio Branco, 1977). Neste último nicho, questões ambientais também eram exploradas, como em *Jornal do Verde* (Rio de Janeiro, 1981), *Meio Ambiente* (Brasília, 1978), *Pensamento Ecológico* (São Paulo, 1978), *Paranapanema* (São Paulo, 1977). Não de todo dissociados de suas pautas, a realidade campesina se via em *Sem-Terra* (São Paulo, 1981), *Lamparina* (Santarém, 1980), *O Posseiro* (Santa Maria da Vitória, 1980), *Conceição do Araguaia* (Conceição do Araguaia, 1979), *Realidade Rural* (São Paulo, 1976), *Jornal Cambota* (Francisco Beltrão, 1975), *Cotrijornal* (Ijuí, 1973).

Amplo, o segmento estudantil era mesmo anterior à quinta fase, ganhando força nela: *Voz Ativa* (Rio de Janeiro, 1979), *Alicerce da Juventude Socialista* (São Paulo, 1978), *Kaostigo* (Curitiba, 1976) e *Silêncio* (Belo Horizonte, década de 1970), entre outros, ecoavam jornais de segunda fase como *Amanhã* (São Paulo, 1967) e *Política Operária* (São Paulo, década de 1960). Na década de 1980, diversos jornais-laboratório de cursos de comunicação social seguiram moldes da imprensa de resistência.

Muitas das publicações dos três parágrafos acima, além do comprometimento

com suas causas, dialogavam com diretrizes de grupos ou partidos de esquerda. Isso aconteceu com jornais estudantis e com periódicos relacionados às lutas negra e feminina, ou mesmo com folhas de instituições religiosas, a exemplo de alguns periódicos indigenistas e campestres editados por grupos pastorais inspirados na Teologia da Libertação. Mas não havia regras: nem todo jornal ambientalista ou identitário, por exemplo, seguia por veredas marxistas.

A quinta e a sexta fases da imprensa de resistência, expostas por Kucinski, talvez mereçam enriquecimentos, tanto no aspecto político quanto nos meios sociais de sua produção. Aqui, encara-se a perspectiva de que tenham existido mais fases, ou ao menos grupos (e não exatamente fases) de iniciativas editoriais não tão facilmente “enquadráveis” no sistema de categorização elaborado pelo autor. Cabe frisar, de antemão, que existiram escaramuças entre os impressos de resistência. O tabloide *Beijo* (Rio de Janeiro, 1977), por exemplo, em alguns momentos não só se mostrou crítico à esquerda como à própria imprensa de oposição (Kucinski, 2003, p. 131).

Disputas internas e dissidências em relação às diferenças programáticas não eram incomuns no âmbito ideológico dos grupos editoriais da imprensa de resistência, mas fatores intrínsecos à articulação militante e partidária. De fato, muitos periódicos do gênero se estruturavam como partidos, justapondo as imprensas de resistência e partidária à entrada dos anos 1980, num contexto que a seguir consideraremos como o da sétima fase da imprensa de resistência. Todavia, deve-se ainda considerar o papel da imprensa anarquista no segmento resistente. Períodos diferentes da ditadura viram surgir impressos com essa inclinação: *Afrodite Perdeu o Rumo* (São Paulo, 1982), *Víbora* (Brasília, 1981), *Autogestão* (São Paulo, 1980), *A Todo Vapor* (Rio de Janeiro, 1979), *Barbárie* (Salvador, 1979), *O Inimigo do Rei* (Salvador, 1977), *Soma* (São Paulo, 1974), *O Protesto* (Porto Alegre, 1967), *Dealbar* (São Paulo, 1965).

Com relação à separação da imprensa de resistência em dois grandes grupos, “de esquerda” ou contraculturais, os resistentes de ênfase anarquista certamente não participam do primeiro grupo; problemática e adicionalmente, nem todos os representantes desse grupo podem figurar, também, no segundo, como os casos de *O Protesto* e *Dealbar*, editados em tempos em que a contracultura ainda não havia dado as caras em seu meio de introdução no Brasil: a coluna *Underground*, de Luiz Carlos Maciel, nascida apenas n’*O Pasquim* número 21, de 13 a 19 de novembro de 1969, tendo durado cerca de três anos. Ainda assim, a imprensa de resistência anarquista difere das de esquerda apenas com relação a suas tendências ideológicas: seus exemplos encontram-se diluídos em diferentes fases da imprensa de resistência, da

segunda à sétima.

Além desses “furos” na “bolha” da esquerda, alguns jornais de quinta e sexta fases se davam a partir de lugares de enunciação que não necessariamente os coletivos militantes. Na denúncia das mazelas de comunidades empobrecidas e na defesa da reforma agrária e dos anseios indígenas, publicações eclesásticas também integraram, à sua maneira, a imprensa de resistência. *Aconteceu* (Rio de Janeiro, 1981) era um boletim do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). *Paneiro* (Manaus, 1979), da Regional Norte I da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). *Pastoral Operária* (São Paulo, 1979) era feito pela Comissão para a Caridade, Justiça e Paz da CNBB. *Nós Irmãos* (Rio Branco, 1971) era mantido pela Arquidiocese de Rio Branco. *Porantim* era do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ligado à CNBB. Sem contar o jornal corrente *O São Paulo* (São Paulo, 1955), da Arquidiocese paulistana, marco da oposição à ditadura. Assim como na imprensa de resistência anarquista, a vertente eclesástica é composta por periódicos que não necessariamente se encaixam na dicotomia “de esquerda” ou contraculturais. Veementemente distantes de conceitos como os de amor livre e de inspiração em substâncias psicodélicas para o despertar da consciência, característicos do segundo segmento, impressos desse gênero tampouco necessariamente se apresentavam explicitamente partidários da “esquerda”: o maior exemplo é justamente *O São Paulo*.

No plano das territorialidades, no amplo panorama da imprensa de resistência à ditadura havia ainda outro grupo em particular: os periódicos produzidos por exilados. Seus moldes iam desde a tradicional imprensa partidária, como simples porta-vozes de grupos – como a Ação Popular Marxista-Leninista (APML) ou a Política Operária (POLOP) –, até informativos de divulgação de produções artísticas de exilados ou presos políticos brasileiros. Lógicas enunciativas diferentes pautavam a imprensa de resistência no exílio, já que, independentes da censura militar, divulgava “documentos de organizações, artigos temáticos, informações e estudos sobre a situação social e econômica brasileira, denúncias da ditadura, de tortura e de prisão política, notícias do Brasil” (Rollemberg, 2002, p. 453-454). Foram editados, assim, *Fragmento* (Estocolmo, 1979), *Correio Sindical de Unidade* (sem local, possivelmente 1978 ou 1979), *Reflexo da Cultura Brasileira no Exílio* (Estocolmo, 1978), *Brasil Socialista* (Lausanne, 1975), *Conjuntura Brasileira* (Paris, 1974), *Campanha* (Santiago do Chile, 1972), *Cartas Chilenas* (Santiago do Chile, 1971), *Guerrilha Operária* (sem local, 1971), *Combate – Órgão do Partido Operário Comunista* (sem local, 1971), *Debate*

(Paris, 1970), *Correio Operário Norte Americano* (Washington, 1969), *Front Brasileiro de Informações* (Argel, 1969).

Ao passo em que ao menos as imprensas de resistência eclesiástica e de exilados mereçam consideração como fases ou grupos à parte (exceção feita aos anarquistas “diluídos” em fases distintas), existe ainda um outro grande segmento editorial na resistência: o literário, notadamente atribuído à dita “geração mimeógrafo”. De forma em geral artesanal, promotora da poesia marginal e de artes gráficas postais, esse grupo ligava o engajamento político no contexto da resistência à lógica de produção artística (Campedelli, 1995). Periódicos desse segmento não necessariamente se mostram “contraculturais” ou “à esquerda”, conforme a segmentação em dois grandes grupos dada por Kucinski à imprensa de resistência, ora vista como empobrecedora. Entretanto, exploravam em prosa, verso e desenho temas como a falência moral da sociedade burguesa, a falta de liberdade de expressão, as mazelas de um mundo onde os direitos humanos só são respeitados relativamente, a violência de Estado etc. O *Catálogo de Imprensa Alternativa* editado pelo Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular da Rio Arte, braço cultural da Prefeitura do Rio de Janeiro, em 1986, organizado por Leila Miccolis, reúne majoritariamente periódicos desse grupo, muito presente, aliás, no acervo identificado como de imprensa de resistência na Biblioteca Nacional. Ali, não se propõe a distinção da imprensa de resistência em fases: considera, todavia, a relevância da chamada “marginália” poética no gênero, indo além da interpretação de Kucinski.

Voltando à explanação das fases da imprensa de resistência segundo Bernardo Kucinski, cabe também a complexificação daquela que o autor aponta como sendo a sétima e última fase do fenômeno. Ao fim dos anos 1970 certos eventos impactaram sobremaneira as oposições ao regime empresarial-militar: a luta pela anistia aos lesados pela ditadura, o ciclo de greves no ABC paulista e a legalização de partidos como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). É nesse momento que, para Kucinski, se dá a sétima fase, pretensamente definitiva, da imprensa de resistência: quando ela se constituiu como campo de reorganização política e reavaliação ideológica de coletivos militantes marxistas. Dado o “boom” de publicações durante a redemocratização iniciada em 1974, as esquerdas brasileiras passaram mesmo a se confundir com esses periódicos (Kucinski, 2003); palavras fortes, que atestam a preponderância da imprensa de resistência na consolidação da memória política mais recente no país, na esfera progressista. Um exemplo foi *Versus*, que, abrigoando o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST),

lançou em 1978 a primeira chamada para a fundação legal de um partido socialista desde o início do regime. Outro foi o do líder da Ação Popular (AP), Duarte Brasil Lago Pacheco Pereira, empreendendo forte campanha a favor da Assembleia Nacional Constituinte naquele momento, nas páginas de *Movimento*.

Na sétima fase da imprensa de resistência vieram a lume o *Jornal dos Trabalhadores* (São Paulo, 1982), do Partido dos Trabalhadores (PT); *Voz da Unidade* (São Paulo, 1980), do Partido Comunista Brasileiro (PC); *Tribuna da Luta Operária* (São Paulo, 1979), do Partido Comunista do Brasil (PCdoB); *Hora do Povo* (Rio de Janeiro, 1979), do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8). Muitos desses jornais são ou encarados como imprensa de resistência ou como sua consequência, a imprensa partidária de esquerda (Bueno, 1986). Mas a linha divisora era tênue, quando visível. Processo semelhante de aproximação se deu com a nova imprensa sindical naqueles dias, alojada no mesmo campo político opositor que se modificava, aos poucos. Até que ponto esses gêneros se cruzavam e diferiam?

Independentemente da polêmica quanto ao que se deve ou não considerar como imprensa de resistência, Kucinski marca seu fim no início dos anos 1980. Para o autor, a implosão do gênero resistente se deu por sua heterogeneidade. O que teria abalado sua estrutura teria sido seu próprio “modelo ético-político”, menos ligado a projetos de resistência à ditadura do que a esforços difusos de formações ideológicas contra-hegemônicas:

Mas qual era o modelo ético-político da imprensa alternativa? Tinha como componente básico o repúdio ao lucro e, em alguns jornais, até mesmo o desprezo por questões de administração, organização e comercialização. Paradoxalmente, a insistência numa distribuição nacional antieconômica, a incapacidade de formar bases grandes de leitores-assinantes, certo triunfalismo em relação aos efeitos da censura, tudo isso contribuiu para fazer da imprensa alternativa não uma formação permanente, mas uma coisa provisória, frágil e vulnerável não só aos ataques de fora como às suas próprias contradições (Kucinski, 2003, p. 25).

Na prática, isso se refletia na queda de qualidade. A crise financeira nos anos 1980 sufocava projetos editoriais experimentais, potencialmente “alternativos” em todos os sentidos da insegurança. O fim do regime mudava a maneira de se ver a utopia e a ação coletiva para a transformação social. Na agonizante imprensa de resistência

[...] a análise aprofundada deteriorava para um marxismo pop e

generalizações abrangentes sem fundamento em dados. O jornalismo meticoloso era substituído pelo desejo de acabar com o jornalista como filtro ou mediador. Houve um incremento do jornalismo cru, tipificado por transcrições colhidas com microfones abertos. O sensacionalismo tomava por vezes o lugar da investigação. A disposição de analisar a sociedade transformou-se em fascínio apolítico por tendências e comportamento. O humorismo politicamente desafiador foi substituído pelo humor abusadamente sexista e racista. A liberdade virou licenciosidade e acabou se tornando interesseira (Smith, 2000, p. 63-64).

O *Pasquim*, naquele momento, sempre o “carro-chefe” da imprensa de resistência, começava a trazer mulheres nuas em suas capas e em suas célebres fotonovelas. Além dele, que, de fato, não se resumia a conteúdo “sacana”, é digno de nota o tabloide *Reporter* (Rio de Janeiro, 1977), que, com a justificativa de atrair leitores de baixa renda, era perito em malhar a ditadura entre reportagens de teor sensacionalista, explorando casos de polícia sangrentos, acontecimentos bizarros e escândalos de conotação sexual.

Naquele momento, o jornalismo crítico à ditadura já despontava na “grande” imprensa. Em 1976, o *Jornal do Brasil* já falava abertamente da Operação Brother Sam. Os grupos editoriais resistentes já eram formados por outras gerações e o elo entre política e jornalismo mudava de lugar social: o repúdio antissistema, bem ou mal, já se traduzia em luta partidária. O Brasil, ao início da década de 1980, tinha suas contradições:

No plano político do início dos anos 1980, negociava-se a transição para a democracia sob a tutela dos militares, cujo discurso sustentava-se no argumento de terem salvado o país do comunismo. Por outro lado, instalava-se uma contradição identificada com acuidade por Marcos Napolitano [...]: uma memória social construída por setores liberais que contribuíram a arquitetar o golpe e a ditadura, mas que foram paulatinamente afastando-se de seu núcleo de poder, e incorporaram elementos da interpretação de setores oposicionistas da esquerda não armada. Conviveram assim, nesse complexo processo: 1. Uma memória crítica à ditadura, difundida pela grande imprensa, pelo discurso dos principais partidos políticos de centro e de esquerda, mas também por parte dos movimentos sociais, que tendia a concentrar o grosso da responsabilidade do arbítrio no setor militar, subdimensionado o papel das elites civis; 2. Uma transição democrática feita por cima, a despeito da mobilização popular, com a participação de políticos da base de sustentação da ditadura na transição; e 3. Os legados autoritários da ditadura militar (Joffily, 2018, p. 212).

O mesmo empresariado que aplaudiu tanto o golpe quanto a ditadura “virou a casaca”, conforme a conveniência. O setor midiático de grande circulação passou a abrigar, na medida certa, aquilo que era interessante do modelo de resistência. Este, nessa linha interpretativa, teria definhado rapidamente muito antes do fim do regime, no ano de 1988, não obstante a existência de periódicos visivelmente inseríveis no gênero, dedicados à transição para o regime democrático de fato, à Assembleia Nacional Constituinte e às já sentidas adversidades da Nova República. Exemplos: *Voz da Nação* (São Paulo, 1985), *Zezinho* (Vitória, 1985), *Ecoação* (Campo Grande, 1985), *Vida & Cultura Alternativa* (São Paulo, 1984), *Jornal Indígena* (São Paulo, 1984), *Folha da Baixada* (São João de Meriti, 1984), *Jornal Mandacaru* (Recife, 1982), *Questão de Ordem* (João Pessoa, 1982). A quantas andava, então, um tardio *Pasquim*, extinto apenas em 1991, cindido entre o apoio ao PMDB ou ao PDT? Imerso na complexidade e no conflito, como tudo o que toca a política.

NA SALA DE LEITURA: A IMPRENSA DE RESISTÊNCIA NA BIBLIOTECA NACIONAL

Os 441 títulos da imprensa de resistência ao regime empresarial-militar no Brasil presentes no acervo da Biblioteca Nacional, nesta pesquisa, foram considerados quantitativa e qualitativamente segundo Minayo (1993), Goldenberg (2004) e Gomes (2010). Determinadas categorias empíricas foram estabelecidas para a coleta de informações. Cada um dos 441 periódicos dispostos à consulta na BN foi confrontado por um conjunto de perguntas concebido a partir dos autores supracitados.

Para identificar um periódico da imprensa de resistência em um acervo não basta simplesmente achá-lo num livro sobre o tema, em citação. Buscou-se, aqui, identificar os lugares sociais de produção da imprensa de resistência, bem como seus meios técnicos de difusão, seus contextos históricos (dentro dos processos específicos tanto do regime empresarial-militar quanto das formas de resistência ao mesmo), suas fases em planos cronológicos e temáticos, seus conjuntos de pautas e seus pleitos políticos e estéticos. Interessa-nos saber a respeito das condições materiais desses periódicos, tanto no passado (no contexto de sua produção, nos sentidos técnicos, ideológicos, contextuais e temporais) quanto no presente (na forma como suas edições físicas se encontram e como se dá sua acessibilidade no contexto institucional da BN).

A figura abaixo demonstra um exemplo do tratamento dispensado a cada um

dos 441 periódicos de resistência presentes no acervo da Biblioteca Nacional:

Figura 1 – Exemplo de tratamento analítico a periódico, com categorização empírica.

| | | | |
|---|----------------|------|---------|
| 75. <i>Cadernos da Comissão Pró-Índio</i> | São Paulo (SP) | 1979 | Fase: 5 |
|---|----------------|------|---------|

Temas: Questões indígenas, Questões agrárias, Direitos humanos, Política

Tempo de publicação: 1979-1982(?)

Editores: Lux Vidal, Carlos Eduardo Caldarelli

Conselho editorial: Sim

Inclinação partidária ou ideológica: Não

Filiação a movimento social: Indigenismo

Filiação institucional: Comissão Pró-Índio, produto da Global Editora e Distribuidora Ltda.

Sistema de distribuição: Nacional

Formato e impressão: Revista, offset

Episódio de repressão: Não

Coleção na BN: Possivelmente completa - edições nº 1, de agosto de 1979; nº 2, de 1981, e nº 3, de 1982

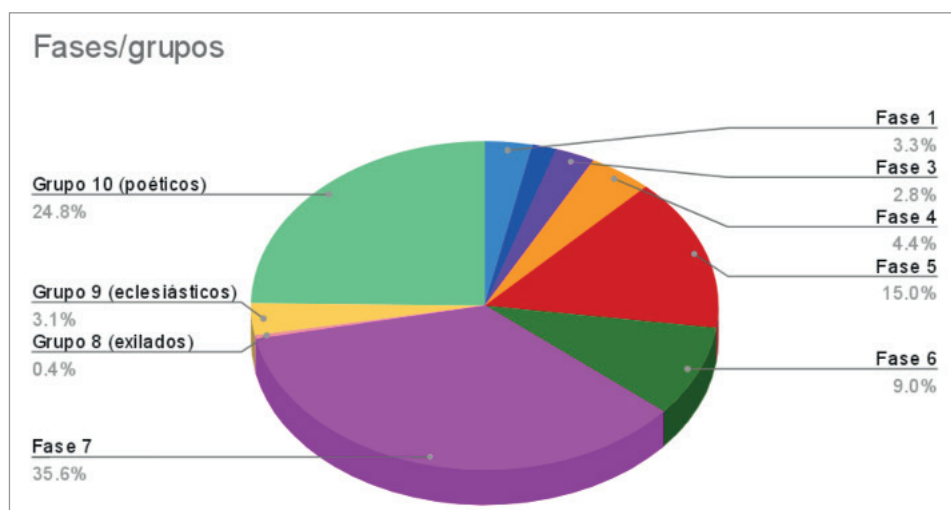
Condição física: Satisfatória

Coleção digitalizada: Não

Fonte: Elaboração do autor, 2024.

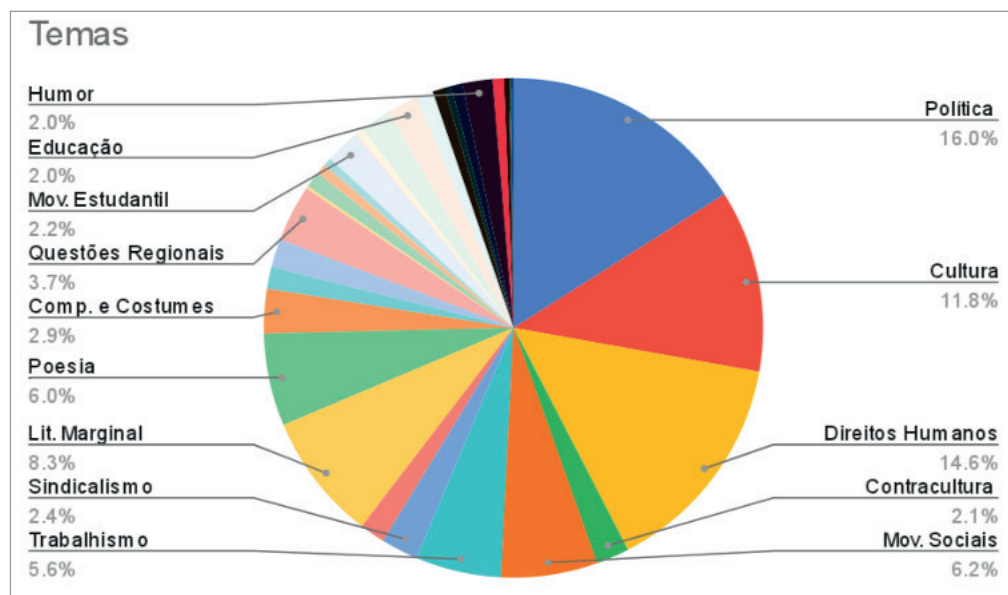
Uma lista apresentando 441 periódicos dessa forma pode bem atender aos bibliotecários da BN em processos de inventário ou de atualização de registros em bases de dados. Pelo volume de informações ela naturalmente não se encontra anexada ao presente artigo, embora tenha sido, de fato, um volumoso apêndice da dissertação que o originara. O importante, aqui, é ressaltar que a soma de dados proporcionada por tal lista (quase um catálogo, afinal) serve à produção de gráficos esclarecedores quanto ao perfil do grupo de periódicos de resistência acondicionados na Coordenação de Publicações Seriadas da Biblioteca Nacional. Conforme veremos a seguir.

Figura 2 – Gráfico quantitativo com relação às fases identificadas na imprensa de resistência presente na Biblioteca Nacional.



Fonte: Elaboração do autor, 2024.

Figura 3 – Gráfico sobre temas abordados na imprensa de resistência na Biblioteca Nacional.



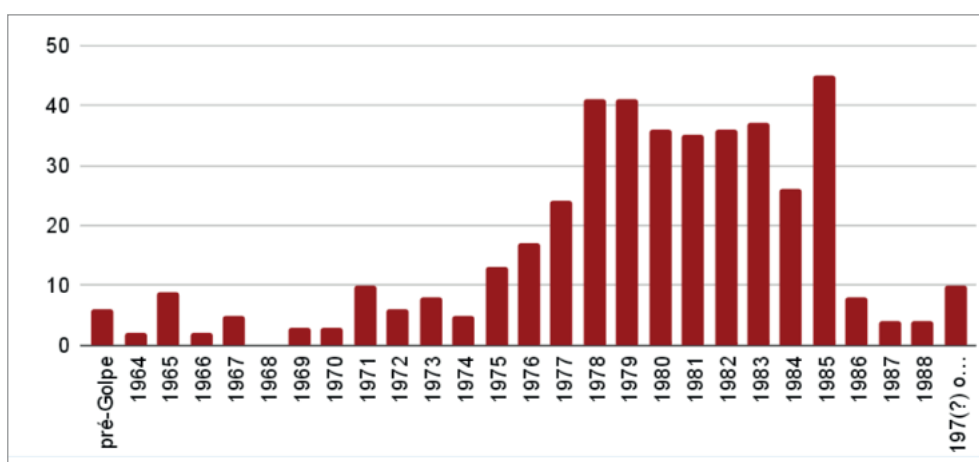
Fonte: Elaboração do autor, 2024.

No primeiro dos gráficos acima (Figura 2), percebe-se quantidade expressiva de periódicos de fases 5, 6 e 7 no acervo da BN. Conforme apontamos anteriormente,

julgamos aqui necessário criar uma diferenciação entre as sete fases regulares desenvolvidas por Bernardo Kucinski e aquilo que chamamos de grupos 8, 9 e 10, relativos, respectivamente, às imprensas de resistência de exilados, eclesiásticas e poéticas/literárias. Importante ressaltar que, destas três categorias observadas, o último grupo, justamente o menos explorado por autores como Kucinski, Smith e Araújo, representa uma fatia de quase 25% do total do acervo analisado.

À maneira da catalogação por temas, o gráfico da Figura 3 expõe o conjunto de temas identificados na leitura dos periódicos ora em análise. Cada um pôde contar com três ou quatro temas identificáveis. Naturalmente, alguns desses temas são por demais genéricos, como “Política” e “Cultura”; no entanto, servem para dar noções a respeito dos aspectos editoriais do conjunto estudado. A quantidade importante de periódicos marcados sob os temas dos “Direitos Humanos” e de “Movimentos Sociais”, com respectivamente 14,6% e 6,2%, ajudam a sustentar a afirmação de que a fase 5 da imprensa de resistência, da “imprensa ativista” pós-reabertura, teria sido um momento de *boom* do gênero. Reflexo da presença expressiva de periódicos do grupo 10 no acervo de imprensa de resistência na BN, percebe-se ainda a incidência relativamente alta de exploração de temas como “Literatura marginal” e “Poesia” no conjunto de 441 títulos, com 8,3% e 6%, respectivamente. Ambos os temas em geral aparecem ligados a recortes temáticos categorizados mais genericamente como “Cultura” (11,8%) e “Contracultura” (2,1%).

Figura 4 – Gráfico delineando o ano de surgimento de periódicos da imprensa de resistência na Biblioteca Nacional.



Fonte: Elaboração do autor, 2024.

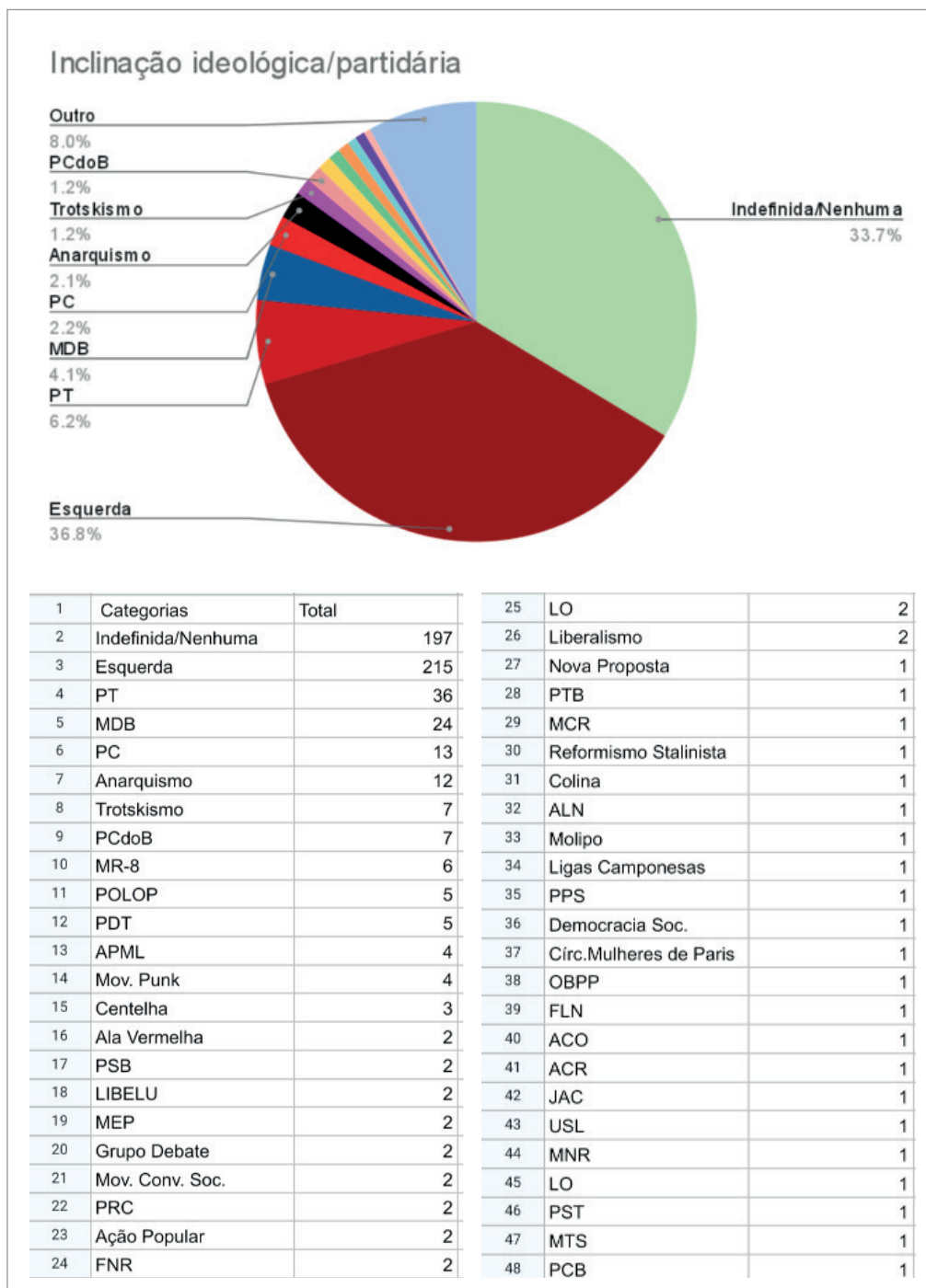
Nem sempre foi possível identificar com clareza o ano de surgimento dos periódicos de resistência no acervo da BN, sendo, por vezes, necessário recorrer a fontes bibliográficas secundárias para tal, empreitada impossível nos casos dos periódicos mais obscuros, sinalizados na barra final do gráfico acima (Figura 4), como surgidos nas décadas de 1970 ou 1980, sob a marca “197(?) ou 198(?)”. Ainda assim, o último gráfico levanta alguns pontos que merecem desenvolvimento.

Segundo a amostra dos 441 títulos de imprensa de resistência na BN, a quantidade de periódicos do gênero surgidos no ano de 1965, talvez como espécie de reação ao golpe, já não podia ser vista em 1968, no momento de decretação do AI-5. Alguma reação no surgimento de iniciativas editoriais nesse contexto (no caso, os periódicos de fases 3 e 4) foi registrada a partir de 1971. O surgimento da prolífica fase 5, no contexto da reabertura promovida pelo governo de Ernesto Geisel (1974-1979), manifestou-se no conjunto acima: entre 1975 e 1979 o número de periódicos surgidos se acentuou.

Por outro lado, aquilo que Bernardo Kucinski apontou como o momento de crise no “modelo ético-político” da imprensa de resistência pôde ser verificado apenas na ligeira queda no número de casos emergentes entre os anos de 1979 e 1980: considerar que a imprensa de resistência acabou neste ano, aliás, não parece ser uma opção, ao menos segundo o conjunto ora sob análise.

Houve certa estabilidade no lançamento de jornais e revistas do gênero entre 1980 e 1983, com declínio em 1984 e um novo e acentuado crescimento em 1985: reflexos das campanhas Diretas Já! e pela Assembleia Nacional Constituinte, cremos. Se alguma crise de modelo pôde ser verificada, de fato, foi a partir de 1986, sob o “banho de água fria” nos sentidos moral e econômico do governo de José Sarney: a Nova República iniciava sob o comando de um civil da Aliança Renovadora Nacional (Arena), com direito a dramática crise econômica.

Figura 5 – Gráfico quanto à inclinação ideológica de periódicos da imprensa de resistência na Biblioteca Nacional.

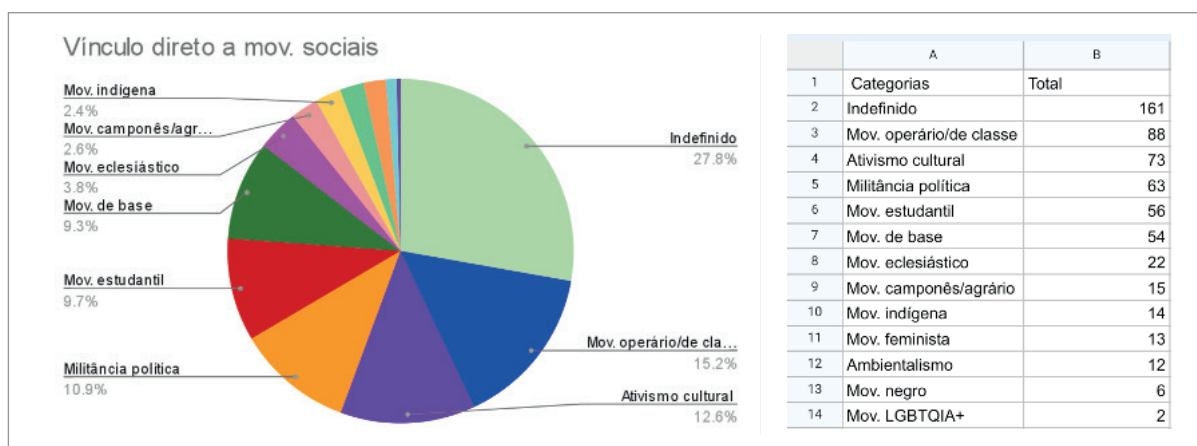


Fonte: Elaboração do autor, 2024.

No gráfico da Figura 5, quanto às inclinações ideológicas identificáveis no

conjunto de periódicos, com a ajuda de um quadro expositivo abaixo para melhor visualização, percebemos que 36,8% deles podem ser considerados de “Esquerda”, genericamente. O grupo “Outro” soma diversas frações militantes, sinalizadas no quadro (lembrando que muitas se mantiveram ocultas no meio de produções editoriais). No período analisado, são expressivas as preferências partidárias, ainda que algumas vezes menos explícitas, entre o Partido dos Trabalhadores (PT), com 6,2%; o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com 4,1%; e o Partido Comunista (PC), com 2,2%, este apenas um pouco mais recorrente em clamores de aceitação do que a doutrina do “Anarquismo”, com 2,1%. Lembrando, aqui, que na categorização acima um mesmo periódico pode apresentar mais de uma preferência: por exemplo, ser do grupo “Esquerda” e, também, do “Trotskismo” e ligado ao “PT”. Isso não ocorre, entretanto, com os do campo “Indefinido/Nenhuma”, fatia também preponderante (33,7%), que tanto pode ter a ver com questões de drible à censura quanto de puro e simples não adesismo.

Figura 6 – Gráfico indicativo de vínculos diretos com movimentos sociais por parte de periódicos da imprensa de resistência na Biblioteca Nacional.

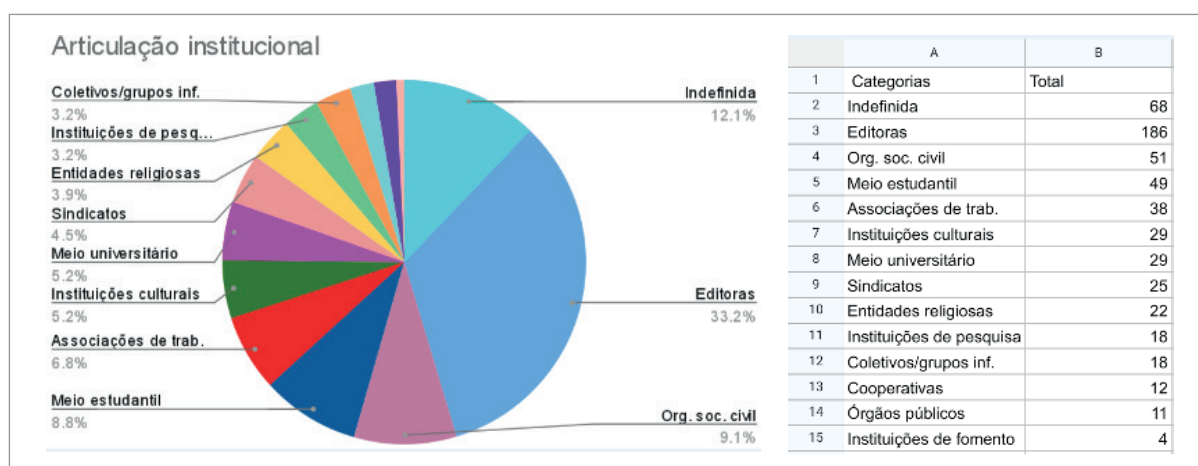


Fonte: Elaboração do autor, 2024.

Dada a proporção de periódicos de resistência vinculados a movimentos sociais, característicos da fase 5 do gênero mas também visíveis na fase 7, buscou-se, no gráfico acima (Figura 6), apontar quais movimentos eram associados às produções editoriais. O movimento operário como um todo ou de determinadas categorias profissionais se encontrava com maior representatividade (15,2%), seguido de algo aqui definido como “Ativismo cultural” (12,6%): caso de coletivos editoriais voltados

à produção e à divulgação de movimentos artísticos politicamente engajados em pautas de direitos humanos, de correntes estéticas em voga durante os anos de chumbo (vertentes contraculturais, literatura marginal, “geração mimeógrafo” etc.) e valorização do artista como trabalhador. Nem todos apresentam esses vínculos (27,8%), ao menos não explicitamente. Dos periódicos que possuem ligações com movimentos sociais, logicamente, entende-se que um mesmo jornal ou revista pode ter apresentado ligações com mais de uma categoria de movimento.

Figura 7 – Gráfico indicativo de vínculos diretos com instituições por parte de periódicos da imprensa de resistência na Biblioteca Nacional.

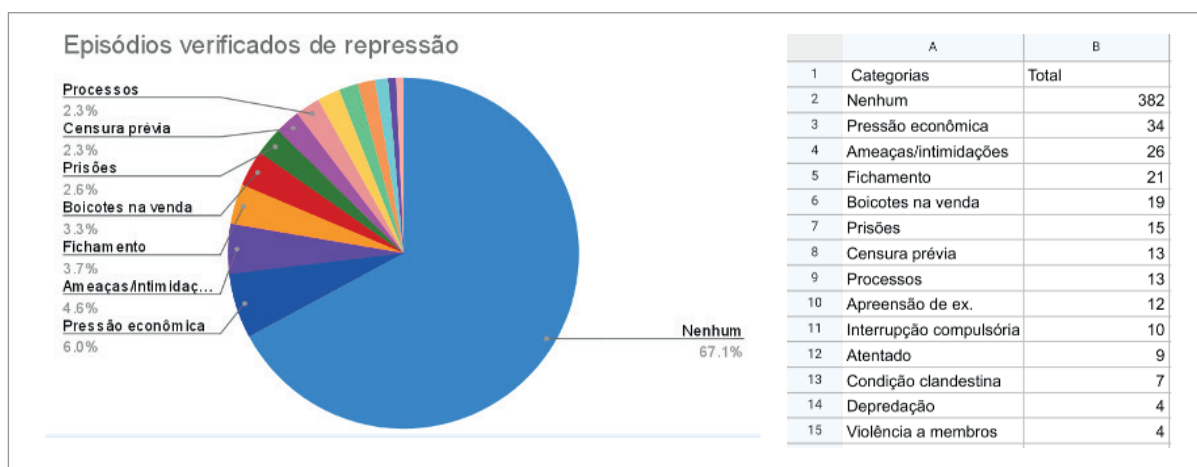


Fonte: Elaboração do autor, 2024.

Já no gráfico acima (Figura 7), buscou-se levantar informações quanto à articulação dos periódicos ora em análise com instituições privadas ou públicas de naturezas diversas, novamente com auxílio de um quadro expositor. Em 12,1% dos casos não foi possível identificar com clareza tais vínculos. A maior parte, 33,2%, diz respeito a periódicos produzidos por editoras, pequenas ou grandes, ou em coparticipação entre estas e coletivos editoriais. Organizações variadas da sociedade civil, como associações de moradores e coletivos voltados a pautas de direitos humanos, por exemplo, representam aqui 9,1%. O meio estudantil, as associações de trabalhadores, instituições variadas de caráter cultural, o meio universitário (professores e departamentos articulados com estudantes), sindicatos e entidades religiosas aparecem em seguida, com respectivamente 8,8%, 6,8%, 5,2%, 5,2%, 4,5% e 3,9%. Grupos informais, editando material notadamente artesanal, representam meros 3,2% neste grupo. Detalhe: excluídos os casos de universidades públicas, contidos na

categoria “Meio universitário”, 11 periódicos de resistência foram identificados sob fomento ou com suporte técnico de órgãos públicos, normalmente secretarias de cultura ou meio ambiente de esfera municipal. Ressalta-se, aqui, que um mesmo periódico pode ter estabelecido vínculos com mais de uma das categorias em análise.

Figura 8 – Gráfico indicativo episódios de repressão identificados em periódicos da imprensa de resistência na Biblioteca Nacional.



Fonte: Elaboração do autor, 2024.

Por fim, no último gráfico (Figura 8), percebe-se que episódios verificados de repressão não são uma constante no acervo de periódicos de resistência ao regime empresarial-militar no acervo da Biblioteca Nacional. Entretanto, nota-se que as pressões econômicas foram alguns dos artifícios mais utilizados pela ditadura para o silenciamento de tais empreendimentos. Nota-se que métodos mais violentos, como espancamento de vendedores dos periódicos em análise e atentados à bomba, incêndios e tiros a fachadas de redações foram menos recorrentes. Mas isso não deve servir de apelo a uma suposta “ditabranda”: um mesmo periódico pode ter sofrido mais de uma das formas de repressão listadas, desde que visado como “importante” pelo aparelho repressor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência de um acervo de imprensa de resistência na BN atesta que, embora outrora “subversiva”, com a redemocratização a mesma passou a ser encarada como

patrimônio intelectual memorialístico, requisitando proteção institucional por sua natureza: a de justificar o processo de mudança de regimes de memória. A imprensa “nanica” sob guarda institucional tem lado: representa certo reconhecimento do “nunca mais”.

Uma máxima de Millôr Fernandes, nos cabeçalhos d’O *Pasquim*, guiava a imprensa de resistência – “imprensa é oposição, o resto é armazém de secos e molhados”. Pode-se afirmar, daí, que a imprensa de resistência à ditadura possuía um traço de legitimidade jornalística crucial, quando não subjugada pela repressão. Em certos aspectos, foram os “nanicos” (e não os “grandes”, salvo exceções durante a redemocratização) que, ao longo do período autoritário, seguiram a tradição do primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense* (Londres, 1808), de Hipólito José da Costa, crítico à Coroa portuguesa no Brasil e editado, por essa e outras razões, no exílio. Foi essa resistência impressa a descendente direta dos pasquins panfletários de crítica virulenta durante o Primeiro Reinado e da imprensa operária e anarquista que circulou no Brasil entre as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX (Kucinski, 2003, p. 21). Ela não deveria ser considerada “alternativa”, termo que pressupõe complementaridade, como se ficasse em segundo plano em relação a periódicos de maior envergadura financeira e administrativa: ela foi, afinal, a imprensa daquele momento. Suas semelhanças com jornais como *O Debate* (Rio de Janeiro, 1917), de Adolpho Porto e Astrojildo Pereira, em oposição ao governo Venceslau Brás (1914-1918), e mesmo com o rigor denunciativo atualmente encontrado na internet, em *blogs* ou redes sociais, nos fazem crer que o jornalismo-ativismo, de combate político, não é datado. Embora com tintas diferentes, no debate sobre a violência policial no Brasil o caso Herzog ecoa no de Genivaldo de Jesus Santos (2022), entre tantos outros. São muitos os paralelos da imprensa de resistência à ditadura com gêneros mais antigos (Bueno, 1986) e com o jornalismo pós-internet (Chinem, 2004).

Reflexo e termômetro de um processo mais amplo de resistência à ditadura, envolvendo diferentes momentos das oposições ao regime, a imprensa de resistência envolvia desde a guerrilha a movimentos de base, de indigenistas a poetas anarquistas, de católicos progressistas ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. O termo “imprensa alternativa” perde, ainda, consistência ao parecer deixar a complexidade desse processo em segundo plano: como se sua principal característica fosse apenas não ser a “grande” imprensa. E também pelo fato de que nela muitas vezes estiveram trabalhando, justamente, os mesmos jornalistas da imprensa tradicional, simultaneamente ou egressos após demissões: impossibilitados de exercer seu ofício

a contento na segunda, adentravam a primeira. Até que ponto seu fazer jornalístico possuía esse claro divisor de águas? Cabe ainda ressaltar que em determinado momento pós-reabertura política, a partir de 1974, a “grande” imprensa passou a abraçar pautas da imprensa de resistência. De quem era, afinal, a “alternativa”?

Uma das formas determinantes da imprensa de resistência, como gênero impresso, é a sinalização do pertencimento de determinado grupo de jornais e revistas às sete fases da imprensa de resistência, segundo apresentado por Kucinski (2003), bem como a inclusão de tais periódicos a dois grandes grupos: os “de esquerda” e os contraculturais. Cremos ser possível complexificar essa linha de entendimento.

Haveria uma oitava fase (ou um oitavo grupo de iniciativas editoriais), entre 1969 e 1979: a da imprensa de resistência produzida por indivíduos exilados e voltada a dois caminhos: ao esclarecimento internacional e à circulação clandestina no Brasil. Muitos dos periódicos desse grupo, que perpassa cronologicamente a terceira, a quarta e a quinta fases conforme Kucinski, foram marcados por processos de articulação partidária informais e precários, no contexto do expatriamento forçado, diferentes da organização partidária característica da sétima fase. Tal grupo certamente se enquadraria no grupo de jornais “de esquerda”.

Haveria também uma nona fase (ou grupo), situada entre 1971 e 1985: a da imprensa de resistência produzida por grupos eclesiais, ligados à Teologia da Libertação. O fôlego de periódicos dessa fase foi capaz de produzir exemplos notáveis, como *Porantim*, que circula até os dias de hoje, tendo passado pelo governo Bolsonaro exercendo aquilo que lemos como a resistência “de sempre”. Esses jornais eclesiais de resistência não podem ser tão facilmente inseridos na lógica dicotômica de periódicos “de esquerda” ou contraculturais: os exemplos acessados nas dependências da BN mostram que esse grupo se deu, não raro, a partir de iniciativas de evangelização de pastorais indígenas, operárias e campesinas, abordando assuntos ligados aos direitos humanos, à luta pela terra, à carestia de vida, à violência no campo, sem necessariamente recorrer à chave discursiva dogmática das esquerdas. E também sem flertar com as lógicas disruptivas do “desbunde”.

Haveria ainda uma décima fase (ou grupo de iniciativas editoriais), entre 1971 e 1988: a imprensa de resistência literária, notadamente atribuída à “geração mimeógrafo”. Foram iniciativas editoriais em geral artesanais, de poesia marginal e artes postais, que ligavam o fazer artístico ao engajamento político no contexto da resistência. Os periódicos desse grupo podem ou não apresentar características “de esquerda” ou contraculturais: não necessariamente se posicionam nesses dois

grupos, na publicação de conteúdo explorando temas como a falência moral da sociedade burguesa, as mazelas de um mundo onde os direitos humanos só são respeitados relativamente, a falta da liberdade de expressão etc. No que pese o engajamento político da poesia e das artes gráficas durante a ditadura, o *Catálogo de Imprensa Alternativa* editado pelo Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular da Rio Arte, braço cultural da Prefeitura do Rio de Janeiro, em 1986, organizado por Leila Miccolis, reúne majoritariamente periódicos desse grupo. Ali, não se propõe a distinção da imprensa de resistência em fases: considera, todavia, a relevância da chamada “marginália” poética no gênero, indo além da interpretação de Kucinski. Somos, aqui, solidários à visão de Miccolis.

Cremos que, embora a uma primeira aproximação justificável, é problemática a separação da imprensa de resistência em dois grandes grupos (não raro em conflito): de um lado, periódicos da contracultura, do “desbunde”, e, de outro, os de uma certa esquerda única e total. Vimos aqui, no gráfico da Figura 5, aliás, que o tema do anarquismo foi propagado na imprensa de resistência com alguma recorrência. Ironicamente, correntes políticas de esquerda são tão plurais, convergentes e dissidentes quanto as múltiplas contraculturas. Uma simplificação nesse sentido, em apenas duas orientações gerais, não só para a imprensa de resistência, mas para a resistência em geral ao regime empresarial-militar, parece não só reforçar uma contraposição nem sempre existente entre ambas como contribuir para certa hierarquização de valores (algo como dizer que a verdadeira postura de resistência estava mais em uma ou em outra concepção) e, portanto, para certo esquecimento da complexidade e da heterogeneidade.

Problematizamos a dita crise do “modelo ético-político” da imprensa de resistência que, apesar de real e reforçada tanto por Anne-Marie Smith quanto pela apropriação de padrões estéticos comunicacionais da mesma por parte da imprensa tradicional no pós-1974, em nossa percepção forçosamente “aborta” a imprensa de resistência antes da hora, cerca de três anos antes do fim do regime. Justamente por isso, o advento dos anseios de editores de resistência por eleições diretas, a mobilização de dezenas de entidades voltadas à questão da reforma agrária no início dos anos 1980 e, depois, os apelos pela necessidade de uma Assembleia Nacional Constituinte, quando o regime ainda estava em vigor, não foram usados como categorias metodológicas para as fases cunhadas por Kucinski. Mas esses anseios estavam lá: em tinta e papel, o acervo os atesta.

Finalizaremos com um recado aos futuros pesquisadores do tema aqui explorado:

pisar fora da Biblioteca Nacional é mais do que válido. Muitos títulos de interesse estão no Centro de Documentação e Memória (Cedem) da Universidade Estadual Paulista (Unesp), com cópias microfilmadas no Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Outros tantos no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, provenientes do extinto Centro de Cultura Popular e Imprensa Alternativa, da Rioarte. Um entrecruzamento dos acervos de imprensa de resistência destas instituições com o da BN exporia, decerto, um conjunto não definitivo, mas expressivo quanto ao fenômeno da imprensa de resistência ao regime empresarial-militar no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. São Paulo: Edusc, 2005.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BRASIL, Bruno Leonard Simas. Resistência no papel: a imprensa de oposição à ditadura civil-militar no Brasil no acervo da Biblioteca Nacional. *In: BIBLIOTECA NACIONAL. Anais da Biblioteca Nacional*, v. 140, 2020. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2022. p. 103-250.

BUENO, Márcio. A imprensa alternativa – ontem e hoje. *In: MELLO, Maria Amélia (org.). Vinte anos de resistência: alternativas da cultura no regime militar*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1986. p. 47-59.

CAMPEDELLI, Samira Youssef. *Poesia marginal dos anos 70*. São Paulo: Scipione, 1995.

CHINEM, Rivaldo. *Jornalismo de guerrilha: a imprensa alternativa brasileira da ditadura à internet*. São Paulo: Disal, 2004.

GARCÍA, Luis Britto. *El Imperio contracultural: del rock a la postmodernidad*. Caracas, Venezuela: Fundación para la Cultura y las Artes, 2011.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In:*

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 79-108.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204-251, 2018.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2003.

LE MOS, Renato Luiz do Couto Neto e. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. *Marx e o marxismo*, v. 2, n. 2, p. 111-138, jan./jul. 2014.

MAUÉS, Flamarion. *Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984*. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

MICCOLIS, Leila. *Catálogo de imprensa alternativa*. Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular. Rio de Janeiro: Rio Arte, 1986.

MINAYO, Maria Cecília S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1992.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, Londrina, v. 8, n. 15, p. 9-45, nov. 2015.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

ROLLEMBERG, Denise. A imprensa no exílio. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002. p. 451-468.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

SOBRE O AUTOR

Bruno Leonard Simas Brasil

Técnico em documentação da Coordenação de Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional (CPes/FBN). Graduado em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e Mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).